



TRAJETOS EDUCACIONAIS NA PROFISSIONALIZAÇÃO DA MULHER

Nathalya Cristina Ribeiro Trigueiro; Patrícia Cristina de Aragão Araújo

Universidade Estadual da Paraíba – nathyribeiro01@gmail.com; patriciacaa@yahoo.com

Resumo: No contexto atual há um aumento de discussões sobre a educação profissional de mulheres. A história mostra que as mulheres sempre foram moldadas para seguirem padrões femininos não somente em seu seio familiar, como também dentro do contexto escolar, existindo sempre uma desigualdade no acesso da mulher ao processo formativo existente no sistema educacional estabelecido, principalmente quando relacionado ao seu processo de preparação para o trabalho, pois esta estava destinada ao casamento, trabalhos domésticos, atividades da igreja e etc., porém, grandes avanços foram sendo conquistados com o passar dos anos no que se refere ao seu contexto profissional. Neste sentido, nossa proposta de trabalho é averiguar como se deu o processo de profissionalização da mulher brasileira, visto que a formação profissional das mulheres é um fator determinante para a conquista de seu espaço social. Para isto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, o que nos proporcionou uma melhor contextualização da profissionalização feminina. Durante o trabalho trazemos dados censitários que mostram que as particularidades das diferentes realidades das mulheres brasileiras não são levadas em consideração, como por exemplo, raça, cor, classe social, sendo necessário discutirmos sobre esses diversos aspectos para que se tenha uma fidedigna discussão sobre a profissionalização das múltiplas mulheres brasileiras. Apesar dos avanços existentes sobre este tema, ainda é necessária a luta por mais políticas públicas, programas e projetos que dêem amplas oportunidades para as mulheres estarem sendo incluídas nas mais diversas áreas, inclusive naquelas vistas como tipicamente masculinas, mesmo em um contexto tão conservador como o que ainda vivemos nos dias atuais.

Palavras-chave: Mulher, Inclusão, Educação profissionalizante.

INTRODUÇÃO

A participação feminina nas escolas brasileiras foi tardia e permeada por preconceitos e exclusão, gerando, com isso, uma desigualdade no acesso da mulher ao processo formativo para preparação para o trabalho. Este atraso tem justificativa histórica. De acordo com Stamatto (1998), desde as primeiras escolas, criadas pelos jesuítas, as mulheres foram excluídas do sistema educacional estabelecido, pois estavam destinadas ao casamento e trabalhos domésticos, cantos e orações, controle de pais e maridos.

Nesse cenário, a mulher brasileira foi moldada, durante vários séculos, para ser apenas a mãe, a dona de casa e a guardiã da família. Tratadas desta forma sofreram o preconceito de, por anos a fio, serem consideradas menos aptas a participarem dos processos de formação profissional considerados tipicamente próprios do universo masculino.

Esta exclusão tem respaldo histórico, pois desde o início de implantação das escolas profissionalizantes no Brasil, estas sempre foram espaços para profissionalização do homem, com cursos tipicamente voltados para o universo masculino, como por exemplo, cursos



básicos que atendessem as demandas das indústrias, até chegar a criação das escolas de Ensino técnico – Industrial, em 1909, completando estas cem anos de existência e hoje com uma nova denominação: Rede Federal de Educação Profissional, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Durante séculos de formação da mão de obra brasileira, a mulher só veio a fazer parte desse processo educativo de profissionalização tardiamente, mais precisamente a partir da segunda metade do século vinte.

Esse ingresso tardio é explicado por Stamatto (1998) quando ela coloca que as mulheres por muito tempo foram excluídas de frequentar os bancos escolares e, mesmo quando estas passaram a ter acesso à escola, recebiam uma educação diferenciada, pois enquanto os homens aprendiam noções de geometria, as meninas recebiam ensinamento sobre bordados e costuras (LOURO, 2000), o que mostrava, claramente, que a sociedade brasileira destinava às mulheres apenas uma educação voltada para a formação do seu caráter, quer dizer, para ser uma “boa esposa”.

Foi somente após anos de luta contra o preconceito de gênero, principalmente a partir do século XX, que a mulher começou a vencer estereótipos arraigados historicamente no imaginário social, que a considerava com menos capacidade intelectual e, por isso mesmo, menos apta a fazer parte da formação profissional em cursos considerados próprios para homens.

Nos Institutos Federais de Educação, presentes em todo o território nacional e, hoje, com escolas implantadas em boa parte das pequenas cidades dos Estados brasileiros devido ao processo de expansão da rede federal de ensino, como parte da política de interiorização do IFS, os cursos ofertados aos jovens brasileiros apresentam uma diversidade de opções de oportunidades de profissionalização. Mas, mesmo havendo essa diversidade de oferta de cursos, observa-se que há predominância de participação de discentes homens em determinados cursos, enquanto em outros há mais participação de mulheres.

Porém, apesar de haver ainda em nossa sociedade um discurso muitas vezes permeado de preconceito contra a inserção da mulher em determinados cursos profissionalizantes, por serem considerados tipicamente masculinos, é preciso ressaltar que a mulher também tem direito de galgar novos patamares no seu processo de formação acadêmica.

Desta forma, o presente trabalho tem o intuito de averiguar quais foram as mudanças no cenário da educação profissional brasileiro quanto à participação das mulheres, sendo imprescindível pensar essa relação de gênero e profissionalidade dentro do contexto da educação profissional, visto que a formação profissional das mulheres é um fator



determinante para a conquista de seu espaço social, como profissional capaz de estar nos mesmos espaços profissionais frequentados pelos homens, forçando, assim, a quebrar a rejeição que ainda existe contra a capacidade da mulher para fazer parte de determinados cursos que sempre foram dominados apenas por estudantes masculinos.

METODOLOGIA

Este trabalho tem como base a pesquisa bibliográfica, usando como fonte de dados os diferentes autores sobre o assunto da educação básica e profissionalizante das mulheres no Brasil.

Segundo Gil (1994) a pesquisa bibliográfica realiza a aproximação com o objeto de estudo a partir de fontes bibliográficas, possibilitando um extenso alcance de informações, assim como a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, contribuindo com a construção e definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão referente ao papel da mulher no processo de profissionalização da população no Brasil esteve sempre permeada pela presença da exclusão e do preconceito de gênero. Durante séculos as mulheres foram excluídas da sala de aula dos cursos profissionalizantes, sendo mais forte essa exclusão nos cursos considerados próprios para homens, o que gerou uma visível desigualdade no acesso ao mundo do trabalho e no valor da remuneração desse trabalho. Esta questão coloca as mulheres em estado de opressão quanto aos seus direitos para participar do mesmo espaço educativo que os homens e ter direito a mesma formação profissional.

De acordo com Piscitelli (2009) o mapeamento da opressão feminina deve ser mapeado no espaço em que as mulheres a vivem. Desse modo, ainda segunda a autora, pensar o modo de opressão vivida pelas mulheres tem que ser a partir de seu cotidiano, isto é, começar pelos seus lares, no âmbito de suas famílias. Assim, pensar essa opressão a partir da família, contribui para que possamos compreender como, no seio familiar, se constrói um modelo de divisão de tarefas de acordo com o sexo que leva a consequências como, por exemplo, a destinarem às mulheres quase sempre para desempenharem trabalho “do lar” e/ou profissões consideradas “próprias para mulheres”, como as ligadas à saúde e à educação.

Desta forma, pensar o trabalho e a profissionalização de mulheres, principalmente as jovens, para o mundo do trabalho, além de passar por uma discussão sobre o papel da família,



também pede uma reflexão sobre a função da escola como espaço que pode ser de inclusão ou exclusão da mulher no seu processo de profissionalização, como também, espaço que pode oferecer caminhos para a diminuição da divisão social do trabalho, uma divisão de tarefas de acordo com o sexo.

Segundo Louro (1997) muitas instituições são responsáveis por fazerem com que muitas concepções sejam aprendidas e interiorizadas, chegando muitas vezes a tornarem-se “naturais” (ainda que sejam “fatos culturais”) e a escola é importante nesse processo.

Para Piscitelli (2009), é necessário que no Brasil atual sejam feitos esforços para se compreender os lugares diferenciados e desiguais que as mulheres ocupam em diversas áreas da vida social, prestando atenção aos aspectos culturais que participam na delimitação desses lugares. E esses aspectos culturais foram construídos historicamente, pois, segundo Silva *et al* (1999), desde os tempos mais antigos, meninos e meninas recebem educação diferente, apesar de sentarem na mesma sala de aula, lerem os mesmos livros didáticos e estarem com o mesmo professor.

Já Romanelli (1995) afirma que, a partir de 1937 passa a haver, oficialmente, por parte do Estado, a discriminação social através da escola, estimulando a escolha da demanda social de educação, na qual as mulheres eram orientadas não somente por sua condição social, mas também pelo fato de serem do sexo feminino. Sobre esta questão podemos dizer que “os ramos de ensino seguidos preferencialmente por homens e mulheres são nitidamente dicotomizados entre aqueles que têm preponderância masculina e outros, feminina” (BARROSO, 1982, p. 67).

Segundo Louro (1997), certamente muita coisa mudou com o passar dos anos, porém, surgem outras regras, teorias e conselhos (científicos, ergométricos, psicológicos) que são produzidos de acordo com as novas condições, aos novos instrumentos e práticas educativas, ou seja, a escola ainda continua deixando sua marca sobre os sujeitos.

Vale ressaltar que esta discussão é válida não somente para escolas de educação básica, mas também para as escolas de ensino profissionalizante. É possível perceber essa dicotomização quando, ao fazer um levantamento sobre o número de homens e mulheres em cursos técnicos, é perceptível, ainda nos dias atuais, um maior número de mulheres em cursos relacionados à área de educação e saúde e a predominância de homens em cursos tecnológicos e da área de exatas.

De acordo com relatório elaborado pelo Ministério da Educação (2014), configurando-se como modalidade de ensino, a educação profissional foi regulamentada por lei específica em 2008 (Lei nº 11.741/08), alterando a LDB de 1996 (Artigos 39 a 42). Seus cursos podem



ser: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Art. 39, § 2º, I, II e III). (BRASIL, 2014)

Ao lado da “formação geral do educando”, o ensino médio também pode oferecer o preparo “para o exercício de profissões técnicas” (Lei nº 11.741/08, Art. 36-A), mediante a modalidade de educação profissional técnica de nível médio. Esta preparação para o trabalho poderá ocorrer nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou “em cooperação com instituições especializadas em educação profissional” (Lei nº 11.741/08, Art. 36A, Parágrafo Único). (BRASIL, 2014)

Desta forma, segundo o relatório, o Brasil deveria trabalhar com o desafio de eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, nos lembrando também que este não é um desafio tão recente visto que na sociedade brasileira há um movimento de conquista de direitos, de redução das desigualdades e de erradicação da discriminação há décadas, pois, como é garantido pela Constituição Federal de 1988 “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (Art. 5º, I).

Apesar dos desafios que as mulheres ainda encontram no seu dia-a-dia, as mulheres brasileiras já são maioria na universidade e ocupam posições estratégicas na vida econômica, social e política do País. Esse avanço com relação a educação profissional das mulheres pode ser percebido a partir de algumas pesquisas censitárias que mostram dados sobre o assunto.

Segundo o relatório sobre o sistema educacional do Brasil do ano de 1999, a quantidade de mulheres matriculadas na educação profissional é menor do que a de homens, estando divergente com o que foi encontrado através do Censo da Educação Básica e do Ensino Superior do mesmo ano. Segundo os dados, as mulheres representavam 50,3% do total de estudantes, quando relacionado ao ensino fundamental, médio e superior, porém, representavam apenas 39,3% quando relacionado a educação profissional. (BRASIL, 1999)

Ao fazer um detalhamento sobre os dados, o relatório mostra que as mulheres são maioria apenas no setor de serviços do nível técnico, no qual elas representam 52,5% do total de matrícula, havendo uma maior concentração de alunas, principalmente nos cursos de Administração, Contabilidade e Saúde, já nos cursos de níveis básico e tecnológico as mulheres não representavam mais do que 36%, pois estes são cursos mais voltados para atividades tipicamente masculinas. (BRASIL, 1999)

Tratando-se ainda sobre os dados relacionados ao tema da educação profissional da

mulher, o relatório mostra que a predominância de mulheres ocorre somente em algumas áreas do setor de serviços, como por exemplo, na Saúde em que elas representam 72,7% da matrícula e em Turismo e Hospitalidade que tinham 62,5%. O relatório enfatiza que, nessas duas áreas, as mulheres estão em maior número nos três níveis da educação profissional, conforme mostra a tabela a seguir.

MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO ÁREA E SEXO, BRASIL, 1999

Nível	Área	Matrículas		
		Total	Homens	Mulheres
Básico	Total	2.045.234	1.176.143	733.323
	Agropecuária	59.686	42.119	11.833
	Indústria	485.454	376.317	90.249
	Comércio	82.907	69.267	12.530
	Serviços	1.417.187	688.440	618.711
Técnico	Total	716.652	376.415	297.349
	Agropecuária	55.914	42.383	8.593
	Indústria	178.209	136.775	35.673
	Comércio	3.434	2.087	1.301
	Serviços	479.095	195.170	251.782
Tecnológico	Total	97.249	64.440	31.781
	Agropecuária	625	453	172
	Indústria	26.713	21.153	5.340
	Serviços	699.111	42.834	26.269

Fonte: MEC/Inep/Seec

Quando pesquisados dados um pouco mais recentes, percebe-se um aumento do número de mulheres no contexto da educação profissional. As informações sobre matrículas na educação profissional por gênero entre 2002 e 2012 confirmam maior número de população feminina, conforme se pode ver na tabela abaixo, que apresenta dados sobre o tema.

Matrícula na Educação Profissional por gênero – Brasil 2002/2012

Ano	Total	Feminino	Masculino
2002	565.042	273.592	291.450
2012	1.063.655	568.590	495.065

Fonte: MEC/ Inep/Deed

De acordo com o relatório, as matrículas crescem significativamente em ambos os sexos, porém, de acordo com os dados, o maior aumento se dá através da representação das mulheres, as quais representavam 48,4% da matrícula de 2002, passam a representar 53,5% da matrícula de 2012.

Desta forma, muitas transformações políticas, econômicas e culturais foram favoráveis para que ocorresse essa mudança no cenário da educação profissionalizante da mulher



brasileira. Alguns fatores que contribuíram surgiram com as transformações que ocorreram no Brasil e no mundo a partir da segunda metade do século XX, como a luta dos Movimentos feministas sobre o padrão de comportamento feminino dentro e fora do lar; as sucessivas crises econômicas que fizeram com que as mulheres fossem inseridas no mercado de trabalho, para complementar a renda familiar; o processo de industrialização e urbanização que impulsionaram a escolarização das mulheres e a criação de políticas públicas que proporcionaram a ampliação do acesso da mulher à educação. (MACHADO, OLIVEIRA & WAJNMAN, 2005)

Apesar dos avanços que a educação profissional da mulher vem tendo com o passar dos anos, ainda é perceptível que há muito a se melhorar e conquistar. É preciso notar que os dados apresentados só consideram o número de matrículas dos cursos, porém, será que esse percentual de mulheres matriculadas conseguem concluir seus cursos ou entram para a lista de estudantes evadidas? Pois muitos são os fatores sociais que dificultam a conclusão dos cursos profissionalizantes das mulheres, como a necessidade de trabalhar para contribuir na renda familiar, a gravidez, a necessidade de ter alguém que possa ficar com seus filhos enquanto estas trabalham, a cultura machista que reforça a idéia de que mulheres devem ficar em casa ao invés de ir para o mercado de trabalho, etc.

Assim sendo, é importante que as pesquisas considerem o percentual de concluintes, além do percentual de matriculadas nos cursos profissionalizantes para que se possa visualizar melhor como está sendo o processo de profissionalização das mulheres no Brasil.

Outro fator que precisamos ressaltar é o fato de os dados mostrarem apenas uma divisão por sexo quando se trata de educação, pois sabemos que o Brasil possui bastante diversidade com relação ao gênero, cor, raça, etnia, classe social, dentre outros aspectos. Quanto à diversidade de mulheres no contexto da educação, por exemplo, “as distâncias entre as mulheres brancas, negras e indígenas ainda são muito expressivas, principalmente nos níveis mais altos de escolaridade” Falú (2006, p.9).

É preciso estarmos atentos aos modelos escolares e profissionalizantes que nos são impostos, pois a mulher ainda precisa galgar muitos horizontes para conquistar a igualdade que tanto deseja e luta para conseguir, pois:

Os questionamentos em torno desses campos, no entanto, precisam ir além das perguntas ingênuas e dicotomizadas. Dispostas/os a implodir a idéia de um binarismo rígido nas relações de gênero, teremos de ser capazes de um olhar mais aberto, de uma problematização mais ampla (e também mais complexa), uma problematização que terá de lidar, necessariamente, com as múltiplas e complicadas combinações



de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia. Se essas dimensões estão presentes em todos os arranjos escolares, se estamos nós próprias/os envolvidas/os nesses arranjos, não há como negar que essa é uma tarefa difícil. Trata-se de pôr em questão relações de poder que compartilhamos, relações nas quais estamos enredadas/os e que, portanto, também nos dizem respeito. (LOURO, 1997, p. 64-65)

Portanto, é importante que as diferenças sejam levadas em consideração nas pesquisas e interpretação de seus dados para que possa haver discussões mais coerentes quanto à realidade das múltiplas mulheres.

CONCLUSÕES

As mulheres brasileiras possuem um histórico excludente quando trata-se de educação, principalmente com relação à educação profissionalizante. Foram educadas para cuidarem de seus maridos e atenderem aos dogmas da igreja. No quesito área profissional foram estimuladas a seguir inicialmente apenas a área do magistério, abrangendo com o tempo a área da saúde, pois era vista também como a área do cuidado, sendo este tipicamente feminino.

Assim, muitas foram as lutas dos movimentos feministas para transgredirem os limites impostos pela sociedade em aspectos como a vida domiciliar, o campo profissional e mercado de trabalho, havendo avanços com o passar dos anos. Entretanto, ainda há muito a ser conquistado, pois a rejeição que as mulheres sofrem para serem inseridas nesses campos ainda apresenta-se camuflada em nossa sociedade.

Não podemos acreditar que as mulheres já atingiram seus objetivos de igualdade apenas através de dados que são revelados quantitativamente de maneira limitada e sexista, pois aqueles que possuem o poder nos manipulam para que estejamos confiantes que estamos com todos os objetivos alcançados, quando a realidade social nos mostra diferente, para cessarem as discussões e a criação das políticas públicas que tragam melhorias para a nossa sociedade.

As mulheres, principalmente aquelas inseridas em um contexto de vulnerabilidade social, necessitam do apoio e estímulo do governo para estarem em constante qualificação, abrindo novos caminhos para terem ascensão em sua condição social, devendo lutar para estarem se inserindo também em áreas que muitas vezes são vistas como tipicamente masculinas, pois essa discriminação ainda existente em diversas atividades limita seu crescimento nos inúmeros campos de trabalho.

É preciso considerar a diversidade existente sobre cor, raça, etnia, classe social, dentre outros aspectos, em nosso país para que se possa haver uma maior fidedignidade sobre os nossos estudos e pesquisas, trazendo contribuições para a nossa sociedade, mostrando as particularidades existentes sobre a realidade das múltiplas mulheres brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Carmem. **Mulher, Sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BRASIL. **Relatório Educação para todos no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192>. Acesso em: 06 out. 2016.

BRASIL. **Sistema Educacional de Brasil**. Disponível em: <file:///F:/TEXTOS%20PARA%20ARTIGOS/educ_profissional.pdf>. Acesso em 06 out. 2016.

FALÚ, Ana. Lembrem-se das mulheres: democracia e participação política. In: Marta Porto. (Org.). *Olhares Femininos, Mulheres Brasileiras*. Rio de Janeiro: Brasil, 2006.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

MACHADO, Ana Flávia; OLIVEIRA, Ana Maria H.C.; WAJNMAN, Simone. Sexo Frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileira. *Gelre Coletânea*, 2005.

PISCITELI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José. **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertercchia, 2009, p. 116-148.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1995

SILVA, Cármen A. Duarte da; HALPERNI, Fernando Barros E Sílvia C; SILVA, Luciana A. Duarte da. Meninas bem-comportadas, boas alunas; meninos inteligentes, indisciplinados. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 107, p. 207-225, Julho, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741999000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Set. 2016.

STAMATTO, M. Inês S. Educação comparada Brasil \ Canadá: o ensino no século XIX. **Revista da FAEEBA**, ano 7, nº 9 jan. \ jun. 1998. pp.211-227.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

